

Relação natureza-sociedade no contexto da cidade latino-americana: Medellín, Colômbia*

Data de recepção: 30 de setembro de 2011. Data de aceitação: 21 de novembro de 2011

Luz Stella Carmona Londoño

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia | Professora-Pesquisadora

Universidade Pontificia Bolivariana, Medellín, Colômbia | luz.carmona@upb.edu.co

Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Doutora em Geografia (Geografia Humana) | Professora-Pesquisadora

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil | torres@ufpe.br

Resumo Herdeiros que somos do legado aristotélico, é ratificada a supremacia do homem com a natureza em diferentes escalas. A cidade é uma evidencia desta equação histórica da práxis social. Este artigo contempla a relação natureza-sociedade na cidade latino-americana, tomando Medellín, Colômbia, como contexto geográfico. Na sociedade capitalista, a cidade é o lugar de (re)produção do capital, que modifica suas condições naturais e transforma seus elementos naturais em facilitadores dessa produção. Medellín também tem passado por diversas mudanças de índole econômica, social e natural desde o início do século XX. Com base nos registros iconográficos e em informação da prefeitura, mostra-se a relação de dominação com a natureza respondendo a interesses do capital, expansão dos mercados e de grandes intervenções, com impactos nos recursos hídricos e demais elementos abióticos e bióticos com interesse na ocupação em áreas de elevada declividade.

Palavras chave: **Cidade, natureza, sociedade.**

Palavras chave descritor **Cidades e vilas-aspectos ambientais, natureza, sociedade civil.**

* Este artigo é o resultado da revisão crítica da relação natureza-sociedade, que faz parte do processo doutoral de Msc. Luz Stella Carmona L. O doutorado é em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, tendo como orientadora a professora, Dr^a Edvânia Torres (Abril de 2011).

Nature-Society Relationship in the Context of the Latin American City: Medellin, Colombia

Abstract Being the heirs of the Aristotelian legacy we ratify human supremacy over nature in different scales. The city is evidence of this historical equation of social praxis. This article contemplates the Nature-Society relationship in a Latin American city, taking Medellin, Colombia, as its geographical context. In capitalist society the city is the place of (re) production of capital, which modifies its natural conditions and transforms its natural elements into facilitators of this production. Also Medellin has passed through various changes of economic, social and natural nature since the beginning of the 20th century. Through iconographic registers and information of the municipality, the relationship of domination over nature can be shown, responding to the interests of capital, market expansion and large interventions with its impacts on water resources and other biotic and abiotic elements with interest in occupation in areas of high declination.

Key words [City, nature, society.](#)

Key words plus [Cities and towns-environmental aspects, nature, civil society.](#)

Relación naturaleza-sociedad en el contexto de la ciudad latinoamericana: Medellín, Colombia

Resumo Herederos que somos del legado aristotélico, es ratificada la supremacía del hombre con la naturaleza, en diferentes escalas. La ciudad es una evidencia de esa ecuación histórica de la praxis social. Este artículo contempla la relación naturaleza-sociedad en la ciudad latinoamericana, tomando a Medellín, Colombia, como contexto geográfico. En la sociedad capitalista, la ciudad es el lugar de (re)producción del capital, que modifica sus condiciones naturales y transforma sus elementos naturales en facilitadores de esa producción. Medellín también ha pasado por diversos cambios económicos, sociales y naturales desde el inicio del siglo XX. Con base en los registros iconográficos y en información de la Alcaldía, se muestra la relación dominación-naturaleza, que responde a intereses del capital, expansión de los mercados y de grandes intervenciones, con impactos en los recursos hídricos y demás elementos abióticos y bióticos con interés en la ocupación en áreas de elevada pendiente.

Palabras clave [Ciudad, naturaleza, sociedad](#)

Palabras clave descriptor [Ciudades y pueblos-aspectos ambientales, naturaleza, sociedad civil.](#)

Legado da relação natureza-sociedade

O *boom* da preocupação ambiental tem trazido importantes discussões de ordem ecológica, econômica, social e política, colocando as cidades no “olho do furacão”, considerando a concentração de população e sua transformação da natureza. Qual é essa relação que estabelece a sociedade com a natureza, que produz uma transformação quase total, mas sem perder sua condição de natureza? Tendo como premissa o entendido por Marx na relação natureza, é e será aquilo “[...] com o qual e dentro do qual o trabalhador realizar pode só incorporar seu trabalho” (citado em Schmidt, 1983, p. 86. Tradução livre),¹ procura-se neste artigo revisitar os pontos e marcos importantes do legado aristotélico na relação natureza-sociedade na história da cidade.

Seguramente, a história da humanidade não é linear. Nesse contexto, a história da cidade evidencia, por meio das diferentes formas estabelecidas na relação natureza-sociedade, os distintos períodos históricos e geográficos.

Não obstante, a cidade latino-americana comportar heranças culturais que remetem à história dos colonizadores, deve-se atentar que seus meios reproduzem histórias alheias às nossas. Explícitamente, Lefebvre descreve um conjunto de cidades em suas diferentes facetas, cujas trajetórias recentes não coincidem historicamente com a realidade latino-americana. O autor descreve como a cidade teve distintas facetas, ao longo da sua existência, na história asiática, história na Antiguidade (ocidental), na Idade Média e na

História Moderna. A história asiática se caracteriza por um conjunto de unidades indiferenciadas de cidade e campo; a história na Antiguidade é uma história da cidade como centro da vida rural, tendo como base a propriedade fundiária e a agricultura; a Idade Média, parte do campo, como centro da história, desenvolve-se por meio da oposição violenta entre a cidade e o campo; finalmente, a História Moderna é da urbanização do campo, e não da ruralização da cidade como na Antiguidade (Lefebvre, 1999).

Tendo como objeto de estudo a cidade latino-americana, este artigo se detém no processo evolutivo da cidade ocidental na perspectiva das colonizações até chegar à atualidade na dimensão globalizada fortemente condicionada pelo sistema econômico capitalista. Nesse percurso histórico, reconhece-se que não existe uma história da humanidade e uma história da natureza; elas são uma só, tal como afirma Marx:

Só conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história só pode ser considerada desde dois aspectos, dividindo-a em história da natureza e história da humanidade. No entanto, não tem que dividir estes dois aspectos: enquanto existem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se reciprocamente. (Citado por Schmidt, 1983, p. 45. Tradução livre).²

Esse recíproco condicionamento, por mais que se evolua na técnica e na tecnologia, está marcado pela visão aristotélica que bem se encaixa na perspectiva capitalista. Aristóteles definiu uma clara diferença entre um ser que domina (senhor)

1 Na versão em espanhol: “[...] con lo cual y dentro de lo cual (el trabajador, A. S.) puede solamente incorporar su trabajo”.

2 Na versão em espanhol: “Solo conocemos una única ciencia, la ciencia de la historia. La historia solo puede ser considerada desde dos aspectos, dividiéndola en historia de la naturaleza e historia de la humanidad. Sin embargo, no hay que dividir estos dos aspectos; mientras existen hombres, la historia de la naturaleza y la historia de los hombres se condicionan reciprocamente”.

e outro que obedece (escravo). Essa condição de dominação surgiu de maneira natural, esclarecendo que existem umas capacidades reservadas para um só destino, e os instrumentos são mais perfeitos quando servem a um só uso. Tal afirmação não dá a possibilidade de mudança nessa relação histórica, sempre haverá uns que dominam e outros que são dominados (Aristóteles, 2002).

Seguindo com Aristóteles, a natureza, prevendo a necessidade de conservação, criou o senhor (quem domina), dotado de razão e de capacidade de mando, e o escravo (quem obedece), dotado de faculdades corporais para executar ordens, tendo os dois o mesmo interesse. Essa condição de dominação se expressa na cidade, onde o homem tem sua existência, como uma criação da natureza.

Esse aporte aristotélico relativo à definição da cidade assume ressignificados no modelo capitalista e particularmente no regime neoliberal contemporâneo. A cidade que se articula e submete a seu serviço o campo. Isso remete a salientar o quadro do campo organizado, dominado e administrado pela cidade política, onde o homem tem sua existência. Segundo Aristóteles, o homem é considerado por natureza “animal político”, uma vez que ele organiza a cidade politicamente. Os primeiros assentamentos de população sedentária surgiram depois da Revolução Agrícola, atividade que mostra o início do processo de dominação do homem sobre a natureza. Marcando sua característica de servir para abastecer as necessidades dos homens, as cidades se localizam perto das fontes hídricas, usadas desde as primeiras sociedades citadinas para seu abastecimento.

Essa relação de submissão e condicionamento dos elementos da Natureza vai aperfeiçoando-se ao longo do tempo até os dias atuais; assumindo diferentes formas nos contextos e no futuro da humanidade.

Além disso, a tradição judaica cristã funda os pilares da criação da relação de superioridade do homem para a Idade Média, relação que é explícita em vários parágrafos da Bíblia. Um dos mais específicos no Antigo Testamento é aquele em que a divindade outorga o direito ao homem de dominar tudo “sobre a face de toda a terra”:

Então Deus os abençoou e lhes disse: frutificai e multiplicai-vos: enchei a terra e sujeitai-a: dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra. Disse-lhes mais: Eis que vos tenho dado todas as ervas que produzem semente, as quais se acham sobre a face de toda a terra, bem como todas as árvores em que há fruto que dê semente; ser-vos-á para mantimento. (Bíblia, A. T., Gênesis, 1: 28-29)

Essa subordinação de homem pelo outro homem e deles para com a natureza contou e conta como o suporte teológico oriundo da tradição judaica cristã. Os principais postulados teológicos foram propostos por santo Agostinho, no século IV, e complementados por santo Tomás de Aquino, no século XIII.

Com relação a essa herança religiosa, segundo Passmore, alguns críticos ecológicos não concordam com essas premissas, os quais recorrem a outros parágrafos da Bíblia e à interpretação das passagens, afirmando que fazer uma tentativa do criado por Deus é uma ousadia, de *hubris* (Passmore, 1995, p. 93).

Os princípios judaico-cristãos vêm ao encontro do que marcou o período medievo da história. Com essas premissas, os povoados na Idade Média tornaram-se mais complexos, e ao contrário da cidade antiga, o campo era o centro da história, com uma profunda (violenta) divisão com a cidade (Lefebvre, 1999). Essa característica marcou, sem dúvida, a condição física e social das cidades. As cidades foram amuralhadas, as portas da cidade foram, literalmente, fechadas, era o lugar para o comércio; no entanto, o campo se caracterizava

pela atividade agrícola. A sociedade estava claramente hierarquizada, os poderosos senhores feudais donos da terra e de poder - quem possuía terra, tinha poder - e os vassallos que trabalhavam para os senhores em troca de proteção (relação aristotélica senhor-escravo).

Essa propriedade feudal tinha origem na decomposição do Império Romano (que deixou como legado uma extensão de agricultura e grandes espaços atrelados pelo comércio e pela política) e na restituição da comunidade camponesa com a chegada dos bárbaros. Essa sociedade se constituía da propriedade fundiária (campo) e da propriedade corporativa (cidade), as quais dependiam “das relações de produção e de forças produtivas limitadas: agricultura ainda rudimentar, indústria ainda artesanal, trocas ainda fracas, divisão do trabalho pouco avançada” (Lefebvre, 1999, p. 42).

Esse quadro entre a cidade e o campo vai sofrer nova transformação com a ruptura do sistema feudal que nasce dos adventos que coroam a Idade Média. Dentre o conjunto de aspectos, as novas tecnologias de mobilidade refinaram as condições de dominação de homem pelo homem, e do homem para com a natureza. As grandes navegações permitiram que o homem dominasse os oceanos, descobrisse o continente americano e encurtasse as distâncias. Ao mesmo tempo, os processos de dominação da natureza possibilitaram as grandes rotas transoceânicas, o intercâmbio comercial ampliou-se, os impérios expandiram seus domínios e houve maior dinamismo nas cidades. A relação de dominação com a natureza se consolidou com a exploração do chamado *novo mundo* e de outras culturas como a indígena e africana. O elemento mais emblemático dessa Idade Média que atravessou outros períodos de história na perspectiva da história regressivo-progressiva é a escravidão e o extermínio de espécies humanas e não humanas. É importante ressaltar Montesquieu ao defender o direito da escravidão:

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria:

Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África, a fim de utilizá-los no desbravamento de tantas terras.

O açúcar seria muito caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos.

Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz achatado, que é quase impossível lamentá-los.

Não podemos aceitar a idéia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro. (1997, p. 296)

A preocupação dos filósofos era justamente ratificar toda afinidade de domínio. Na mesma obra, *Do espírito das leis*, Montesquieu afirmou que ele seria muito feliz se conseguisse aumentar os conhecimentos dos que dirigem e aumentar o prazer dos que obedecem. Esses enunciados filosóficos feitos desde o antigo continente foram também propostos durante o processo de conquista e ocupação do novo continente, em que o encontrado - natureza e população - foi submetido ao domínio dos conquistadores.

Dessa forma, no continente americano, os primeiros assentamentos foram criados no litoral, e desde ali se organizava a exploração das regiões conquistadas no interior do continente, administrando-se as unidades econômicas, como a exploração dos homens e dos recursos, principalmente a atividade mineira e a produção extrativa florestal. Nesse período de consolidação da Revolução Comercial, ocorreu o impulso inicial do processo de mundialização do capitalismo, e as atividades relacionadas com o comércio conheceram um desenvolvimento sem par, aparecendo novas formas de acumulação.

A racionalidade de exploração dos homens entre si, assim como da natureza, encontrou em

Descartes um forte aliado. Em seu livro, o *Discurso do método*, quando falou sobre alma, disse: “[...] não existe outro que desvie mais os espíritos fracos do caminho reto da virtude do que imaginar que a alma dos animais seja da mesma natureza que a nossa” (Descartes, 2002, p. 36. Tradução livre).³ Esse pensamento de Descartes demonstra o legado judaico cristão de uma evidente diferença entre os homens e os animais.

No percurso histórico exposto, confirma-se o dito por Lefebvre de que o destino da cidade ocidental é mais um destino histórico que um presságio teológico, “tornar-se-á o lugar o meio de uma alteração extraordinária de situação: a natureza dominante será, por sua vez, dominada” (Lefebvre, 1999, p. 98).

A natureza na sociedade capitalista

No fim do século XVIII, a Revolução Industrial se apresentou como um ponto de partida para a urbanização no mundo, que originou o aumento da população nas cidades e o surgimento das grandes aglomerações. Assim como a população aumentou, as demandas por recursos também aumentaram.

Contudo, na metade do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista recobrou sua expansão, e se caracterizou por um ritmo acelerado da urbanização nos países de capitalismo periférico, maior que nos países de capitalismo avançado, causado pela incorporação dos primeiros a um novo nexos capitalista, dirigido pela Revolução Técnico-Científica e seu braço, as empresas transnacionais (Santos, 2008). É um período em que o “valor de uso” é superado pela abertura do “valor de troca”, valor bem particular a usos antigos: o exercício violento da riqueza e do poderio (Lefebvre, 1999, p. 102).

Isto é o começo do processo de dominação do “valor de troca”, do mundo da mercadoria e do dinheiro, numa palavra, do capital. Além disso, ampliam-se as “diferenças na comunidade original, imediata e natural, tão numerosas como línguas, os costumes, as relações entre os membros da comunidade e a natureza circundante” (Lefebvre, 1999, p. 104).

A cidade cumpre um importante papel, subordinado ao capital e às forças produtivas existentes, é o lugar de acumulação do capital, da expansão dos mercados e das intervenções políticas. O processo se apresenta “como força produtiva do capital e não mais do trabalho” (Lefebvre, 1999, p. 108). Essa expansão é determinante no sistema do capital como advertiu Mészáros:

Em sua mais íntima determinação, o sistema do capital está totalmente *orientado para a expansão* – o que significa que está voltado nessa direção a partir de ser próprio ponto de vista objetivo – e é *impelido pela acumulação*, em termos de necessária *instrumentalidade* de seu objetivo projetado. (2002, p. 138. Grifo do autor)

A base econômica comanda a cidade e as relações com a natureza, a cidade aprovisiona o pano de fundo; o homem, como ser social e como arquiteto, segundo Harvey, tem a liberdade de usar sua potencialidade criativa, no entanto essa liberdade é condicionada e limitada, não pela qualidade e quantidade dos materiais, nem pela condição da natureza, mas pelos interesses dos promotores mobiliários, os proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários, quer dizer, do capital (Lefebvre, 1999; Harvey, 2006).

Esse homem, social por natureza, só desenvolve a verdadeira na sociedade, atualmente na sociedade capitalista; esse homem não se separa da natureza, e a natureza não se separa das reproduções espirituais do homem. Suas produções como a cidade são um produto do processo histórico-natural.

3 No original: “[...] il n’y en a point qui éloigne plutôt les esprits faibles du droit chemin de la vertu, que d’imaginer que l’âme des bêtes soit de même nature que la nôtre”.

Segundo Lefebvre (1999), o homem pode produzir coisas e obras em sentido amplo: ciência, arte, relações, espaço, instituições, a própria sociedade, numa palavra, tudo. Esse fato de produzir consiste, segundo Marx, em uma “apropriação da natureza por parte do indivíduo dentro de uma determinada forma social e *mediante* ela” (citado em Schmidt, 1983, p. 76. Grifo do autor), ainda que os indivíduos prossigam com o próprio trabalho de forma independente um do outro.

No contexto capitalista, o que os homens estão produzindo? Produzem objetos e obras que respondem aos interesses do capital, e não da população. Marx explicou isso quando assegurou que, na produção capitalista, os produtos do trabalho se transformam em mercadorias e conferem uma “objetividade fantasmal” às relações sociais básicas:

[...] a forma mercantil dos produtos do trabalho não tem absolutamente nada a ver “com a natureza física destes e como as relações fáticas que dela derivam. É só a relação social determinada dos homens mesmos o que toma neste caso para eles a forma fantasmagórica das coisas”. (Citado em Schmidt, 1983, p. 76. Tradução livre).⁴

Transformam as cidades em detrimento de sua condição física e natural. A natureza é submetida moldada e condicionada. Os recursos hídricos são aterrados, canalizados em atendimento à funcionalidade e à estética. A cidade permite a concentração dos meios de produção e é produzida, embalada e divulgada para os interesses econômicos do mercado, sem a primazia de interesses coletivos e sociais. Conforme atenta Haug:

À medida que o capital privado se subordina a um determinado valor de uso, a estética da mercadoria ganha não só um significado qualitativamente novo para codificar informações recentes, mas também

se desliga do corpo da mercadoria, cuja apresentação é reforçada pela embalagem e divulgada em várias regiões através da propaganda. (1997, p. 37)

Do mesmo modo, as exigências do capital se naturalizam e impõem necessidades. Segundo Marx, tais necessidades são satisfeitas por objetos externos, “as mercadorias”, mas não interessa se essa satisfação é direta, como meio de vida, quer dizer, como objeto de lazer, ou é indireta como meio de produção. A utilidade do objeto converte-o em valor de uso, e o valor de troca aparece em primeira instância como a relação quantitativa em que se trocam os valores de uso de uma classe de valor de uso de outra, relação que não é estática, ela muda com os lugares e com os tempos. Assim, a sociedade se apresenta como um “imenso arsenal de mercadorias”, que tenta suprir as necessidades impostas pelo capital (Marx, 1961, p. 26).

No contexto da sociedade capitalista, essas necessidades não são do valor de uso, em que “o fim do objeto era alcançado quando o objeto comprado era útil e desfrutável”; são necessidades da perspectiva de troca, “onde o fim se cumpre quando o valor de troca aflora sob a forma de dinheiro” (Haug, 1997, p. 25). O valor de uso está subordinado ao valor de troca, e esse “valor de uso estético prometido pela mercadoria torna-se então um instrumento para se obter dinheiro” (Haug, 1997, p. 27).

Nessa perspectiva, a imagem cumpre um papel fundamental uma vez que ela deve representar os desejos do consumidor. A estética da mercadoria ganha um novo significado qualitativo e se desliga do seu corpo, e reforça-se sua apresentação com a embalagem e a propaganda. Assim, a publicidade usará qualquer estratégia para vender e obter o maior lucro das mercadorias.

4 Versão em espanhol: “[...] la forma mercantil de los productos del trabajo no tiene absolutamente nada que ver ‘con la naturaleza física de estos y con las relaciones fáticas que de ella derivan. Es solo la relación social determinada de los hombres mismos lo que toma en este caso para ellos la forma fantasmagórica de cosas’”.

Os espaços comportam mercadorias, e eles próprios no processo de produção e reprodução de riqueza confeccionam mercadorias na classificação do rural e do urbano. A despeito de ser na cidade onde os objetos e imagens cintilam com maior frequência e abundância, o campo expressa sua parcela na esfera da mercadoria.

Nesse sentido, o solo rural, além do que produz (atividade agrícola), compreende mercadoria para o lazer, porquanto a relação cidade-campo abrange uma ampla diversidade de transformações desde a história antiga até nossos dias. Atualmente, a “cidade em expansão ataca o campo, corrói-o e dissolve-o” (Lefebvre, 2001, p. 74). Ou seja, a cidade modificou a natureza no seu interior e também dominou o campo subvertendo sua natureza inicial; as atividades agrícolas do campo perto das grandes cidades mudaram para atividades de lazer, segunda e primeira moradia da população da cidade na busca dessa natureza inicial (Lefebvre, 1999).

Essa natureza, como se observa, não é um elemento passivo da produção humana, ela muda de maneira permanente, como Marx a denomina *o laboratório*. O caminho histórico, desde a primeira natureza até a segunda natureza, dá conta do processo histórico da humanidade, em que algumas das comunidades primitivas desapareceram, outras se deterioraram e outras se transformaram até chegar à cidade. Essa cidade, como força produtiva, permite a concentração dos conhecimentos, as técnicas e os próprios meios de produção, onde se manifestam os conflitos entre a natureza e a sociedade (Lefebvre, 1999).

Alguns apontamentos na relação natureza-sociedade na confecção e transformação da cidade Medellín, Colômbia

A cidade latino-americana é um legado histórico da cidade antiga, medieval e moderna, a despeito

de não ter vivenciado as mesmas transformações ao longo da história da humanidade e da natureza, como ocorreu na Europa. Com o descobrimento da América pelos europeus, o capitalismo no novo continente não teve de quebrar sociedades anteriores, não tinha impedimentos para seu desenvolvimento; só os indígenas, que foram escravizados, explorados e, em alguns lugares, exterminados (Lefebvre, 1999).

Como contexto geográfico da discussão da relação natureza-sociedade na realidade latino-americana, propõe-se a cidade de Medellín. Ela se localiza na Região Andina da Colômbia, no chamado Valle de Aburrá, e é o principal centro urbano atual da Região Metropolitana do Valle de Aburrá (RMVA). Confrontar-se com a história ocidental dos colonizadores na cidade de Medellín remete aos marcos da ocupação efetuada a partir do século XVII. Esse espaço, cujas características físico-naturais ainda hoje definem um sítio geográfico singular entre vales andinos, foi confeccionado também culturalmente às custas de grupos indígenas que emprestam nome de tal RMVA.

Esse vale, assentado sobre jazidas minerais de grande importância econômica desde a colonização, deu suporte a todo o processo de ocupação da bacia hidrográfica que define esta cidade e arredores. A forma como o processo produtivo se realizou imprime cicatrizes na relação da sociedade-natureza. Dentre elas e em diferentes escalas, sua gênese e metamorfose; algumas configuram verdadeiros desafios na contemporaneidade e na perspectiva de futura cidade e esfera metropolitana. Por exemplo, a ocupação das suas encostas e vales, ou ainda os aterros sucessivos de seus córregos.

A formação econômica e cultural da cidade está marcada historicamente por três poderes: o poder militar, religioso e dos interesses das elites econômicas. As marcas resultantes desses processos derivados desde o período colonial se expressam nas relações estabelecidas culturalmente com a

natureza e na relação entre os homens. Esse processo evidencia também contradições significativas. No século XIX, a cidade, de uma pequena aldeia colonial, passou a ser um povoado comercial.

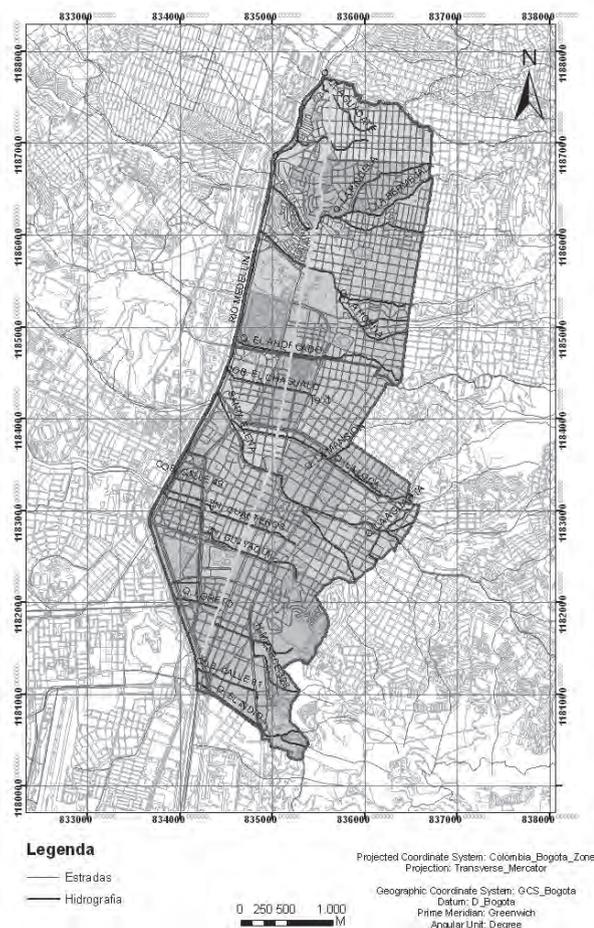
Como principal artéria fluvial da cidade, está o rio Medellín,⁵ que cruza a cidade de sul a norte, condicionando a conformação do vale, por uma série de córregos ao longo do seu percurso e com uma topografia irregular, que oscila entre 1300 e 2800 m. As práticas de uso e ocupação do solo urbano são testemunhas dessas contradições e demonstram como a natureza inicial foi desconhecida e transformada na lógica dos interesses econômicos, gerando espaços para o consumo e riscos socioambientais - em 2007, havia 31.195 habitações em zona de risco não recuperável na zona urbana de Medellín (Alcaldía de Medellín, 2008).⁶

Nesta seção, tenta-se evidenciar como os interesses dispostos historicamente em Medellín desconhecem a natureza inicial e impõem novos usos nas áreas centrais e em outras áreas da cidade. O início do século XX foi o momento crucial para a economia da cidade: a construção do sistema ferroviário, o impulso do transporte das mercadorias pelo rio Magdalena (principal via fluvial do país), o estabelecimento das primeiras indústrias (têxteis) à beira do rio Medellín-Aburrá. Aproveitaram a condição geográfica da cidade, e a converteram num dos centros comerciais mais importantes do país.

No contexto capitalista, o centro da cidade de Medellín tem sofrido transformações importantes em suas condições naturais, e a rua Carabobo⁷ é testemunha desse processo. A rua Carabobo é atravessada por treze córregos (figura 1), dos quais só um deles, La Bermejala, localizado no norte, não está aterrado. Esse processo de aterro,

justificado, ao longo do século XX, com a salubridade da cidade pelas autoridades municipais, modificou a paisagem do centro da cidade. Na atualidade, o maior número dos córregos é utilizado para esgoto e condução de água da chuva, e as ruas criadas têm causado uma dinâmica do consumo importante, como eixos comerciais. Nessa perspectiva de análise da cidade, a variável tempo, atende às condições psicológicas e históricas que interferiram no passado e que se expressam no presente (Gomes, 2007).

Figura 1
Mapa dos córregos que atravessam a rua Carabobo, centro (azul claro)



Fonte: elaboração própria.

5 Também chamado rio Aburrá.

6 Em uma habitação podem viver uma ou mais famílias, o que representa maior número de pessoas; nesse caso, as 31.195 habitações representam 150.000 pessoas.

7 Além da importância do eixo da ferrovia na história de Medellín, a rua Carabobo, que se localiza no centro da cidade e a atravessa de sul a norte, foi o eixo norteador da cidade desde a Colômbia. Seus diversos nomes dão conta da dinâmica da cidade: El Prado, Paseo Benjamín Herrera, Camellón de Guayaquil, El Carretero, Moravía, Calle de los Popo, Camellón del Cementerio, Camellón de las Pisas, La Rambla, La Luneta, La Aduana e La Aduana II, La Bayadera e Camino de Bermejál. Seu atual nome foi dado em lembrança do lugar situado em território venezuelano, onde foram travadas grandes batalhas durante a Guerra da Independência com os espanhóis.

A habitação no centro da cidade

Um exemplo desses córregos é o Santa Elena, que nasce no costado oriental da montanha, atravessando a cidade de este a oeste, reconhecido historicamente como elemento natural formador da cidade. Desde 1860, ao longo do córrego Santa Elena, localizavam-se as residências da população de alta renda, considerando seus atrativos paisagísticos e sua cercania com o centro político e econômico da cidade. Em vista dessas características, a rentabilidade do solo foi o que originou seu aterro em 1935, conforme justificativa, pela higiene e pela estética, pretexto que também foi usado para ordenar grande parte da cidade.

O aterro de Santa Elena deu origem à avenida La Playa, na atualidade, eixo comercial e turístico da cidade. Uma das ações mais reconhecidas é a iluminação realizada pela prefeitura na época do Natal, atraindo turistas de todo o país (figuras 2, 3 e 4). Desse modo, a natureza foi modificada e transformada em mercadoria.

Figura 2
Foto do córrego Santa Elena no cruzamento com a rua El Palo, olhando para o este Fotografia Rodríguez (1909)



Fonte: Arquivo fotográfico da Biblioteca Pública Piloto. Acesso em maio de 2010, em <http://www.bibliotecapiloto.gov.com>.

A industrialização

Outra ação importante, nessa mesma dinâmica, é o alinhamento do rio Medellín-Aburrá. Entre 1890-1910, a cidade se encontrava num processo de alargamento. A visão higienista da cidade

Figura 3
Foto do processo de construção do aterro. Fotógrafo Francisco Mejía (1935-1940)



Fonte: Arquivo fotográfico da Biblioteca Pública Piloto. Acesso em maio de 2010, em <http://www.bibliotecapiloto.gov.com>.

Figura 4
Foto do cruzamento da avenida La Playa com a rua El Palo, olhando para o este (maio 2011)



Fonte: Ana María Monsalve Cuartas.

propõe três princípios: mobilidade, beleza e salubridade para o projeto urbanizador da cidade. Sendo o rio o elemento ordenador da cidade, seria necessário o alinhamento e a canalização para aproveitar seu solo (figuras 5 e 6), onde, anos depois, se estabeleceriam as grandes indústrias da região (González Escobar, 2007).

Na década dos noventa, as indústrias deslocaram-se para outras regiões e usou-se o solo disponível para um grande projeto de planejamento de moradias, de alta e média renda, e de comércio chamado *ciudad del rio*. Igualmente, à avenida

Figura 5
Foto da drenagem natural no início do século XX



Fonte: fotógrafo Francisco Mejía. Arquivo fotográfico da Biblioteca Pública Piloto. Acesso em maio de 2010, em <http://www.bibliotecapiloto.gov.com>.

Figura 6
Foto do alinhamento do rio, olhando para o sul (junho, 1973)



Fonte: fotógrafo Gabriel Carvajal Pérez. Arquivo fotográfico da Biblioteca Pública Piloto. Acesso em maio de 2010, em <http://www.bibliotecapiloto.gov.com>.

La Playa, na época do Natal, o canal do rio também é iluminado pela prefeitura, e umas de suas margens é condicionada como eixo turístico.

São muitas as intervenções físicas na cidade que podem ser analisadas na perspectiva da subordinação da natureza pelos interesses do capital. É ele que comanda o processo urbanizador e revitalizador da cidade; ela não se dinamiza nem se transforma na sua totalidade, só por trechos, que são periódicos na história da cidade. Como anteriormente citado, evocando Harvey, a condição da natureza não é um limitante para esse processo, e mais com o avanço da técnica que permitiu maior transformação do território; assim como expõe Santos sobre a técnica na história da humanidade: “No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência” (1994, p. 5), afirmando que a técnica comanda a vida, impõe relações, modela o entorno e administra a relação dos homens com o entorno.

Das fazendas aos condomínios de luxo

O capital se expande, e também a cidade, em áreas urbanizáveis e não urbanizáveis, como se enxerga em Medellín no bairro El Poblado, onde a população de maior renda se localiza em zona de alta pendente, com alta densidade (figura 7).

É importante mencionar que essa área, no século XIX, era a área das fazendas da burguesia, que morava no centro da cidade. Depois, nos anos trinta, com o crescimento da população, o governo nacional tentou dar saída a essa situação criando a primeira urbanização nessa área, fato catalogado como o início do progresso no bairro El Poblado. Nos anos cinquenta, a burguesia abandonou o centro da cidade e estabeleceu sua moradia nessa área, que oferecia um “ambiente mais natural”,

Figura 7

Foto da construção em zona de alta pendente, bairro El Poblado, Medellín (fevereiro, 2011)



Fonte: Luz Stella Carmona Londoño.

causando a fragmentação das grandes fazendas. Dessa “área natural” do começo do século XX, só ficou o nome das fazendas ou das árvores mais representativas da zona, que foram acolhidas pelos condomínios e prédios construídos: “Los Robles”, “Bosques de la Aguacatala”, “Alto Verde”, entre outros. Além disso, sua transformação tem tal proporção que, em alguns casos, a topografia impediu o abastecimento d’água pelo aqueduto da empresa prestadora de serviços, situação que é resolvida pelo abastecimento dos aquedutos rurais ou pelo bombeio do aqueduto urbano desde uma zona mais baixa. Uma situação paradoxal: a zona da cidade de melhor qualidade de vida, onde mora a população de maior renda, com dificuldade de abastecimento de água.

A natureza transformada em mercadoria, como o descreve Haug: “Um gênero inteiro de merca-

dorias lança olhares amorosos aos compradores imitando e oferecendo nada mais que os mesmos olhares amorosos, com os quais os compradores tentam cortejar os seus objetos humanos de desejo” (1997, p. 330).

Desse modo, Medellín se apresenta como uma cidade latino-americana que se transforma permanentemente, desconhecendo sua natureza e respondendo aos interesses dos promotores imobiliários, dos proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários, ou seja, respondendo ao capital.

Conclusões

A relação natureza-sociedade estabeleceu-se com a dominação e superioridade do homem desde os tempos aristotélicos. No percurso da história da

humanidade, por meio de seus filósofos e pensadores - como Aristóteles, na Antiguidade; Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho, no medievo; Montesquieu e Descartes, na Idade Moderna, e Marx, na contemporaneidade - confere-se essa relação.

Não só a natureza tem sido transformada, explorada e, em alguns casos, destruída para satisfazer às necessidades da sociedade em cada período histórico. Da mesma forma, contata-se também que na cidade colonial outras culturas sofreram esse processo, como os indígenas e os africanos na época do descobrimento do novo continente.

São as cidades os lugares testemunhos dessa ação. A natureza, então, tem sido artificializada, no entanto, não logramos prescindir dela, porque a história da natureza e a história da humanidade condicionam-se reciprocamente numa relação dialética; em que o trabalho, como afirma Marx, é a condição de vida do homem, uma necessidade natural e perene; sem ele, não se poderia conceber o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, igualmente a vida humana.

No contexto atual, o capital se espalha no espaço, principalmente o urbano, ocupando-o e transformando-o, a tal ponto que a natureza, ou seja, sua “matéria-prima” é completamente submetida e ameaçada.

A cidade se estende de forma vertical e horizontal pelo espaço, submetendo a natureza dentro da lógica mercantilista; na história das cidades, as fontes hídricas são aterradas e canalizadas, com o pretexto da higiene, mas respondem aos interesses dos agentes imobiliários e aos proprietários dos meios de produção para gerar um solo para urbanizar.

As intervenções públicas na cidade de Medellín respondem à dinâmica do capital. Seus meios de produção têm submetido à condição natural

da cidade, como seu principal eixo natural, o rio Medellín-Aburrá, cujo percurso natural tem sido modificado, para acondicionar sua várzea, inicialmente para atividade industrial e, nos últimos anos, a atividade imobiliária. Esse é só um exemplo de como o processo de urbanização da cidade tem desconhecido a estrutura natural e transformado quase na sua totalidade seus eixos estruturantes: as fontes hídricas e as montanhas.

Bibliografia

Alcaldía de Medellín (2008). *Proyecto del plan de desarrollo 2008-2011: Medellín es solidaria y competitiva*. Medellín: autor.

Aristóteles (2002). *A política* (T. Guimarães, Trad.). São Paulo: Martin Claret. (Original do século IV a. C.).

Bíblia (2003). *Bíblia Sagrada* (J. F. de Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil.

Descartes, R. (2002). *Discours de la méthode*. Un document produit par J.-M. Tremblay, édition électronique réalisée en textes Microsoft Word 2001 pour Macintosh, le 19 février 2002. (Oeuvre originale publiée en 1637). Recuperado o 16 de junho de 2010, de http://classiques.uqac.ca/classiques/Descartes/discours_methode/discours_methode.html.

Gomes, E. T. A. (2007). *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Massangana.

González Escobar, L. F. (2007). *Medellín, sus orígenes y la transición a la modernidad: Crecimiento y modelos urbanos, 1775-1932*. Medellín: Escuela de Hábitat CEHAP-Universidad Nacional de Colombia.

Harvey, D. (2006). *Espaços de esperança* (2ª ed.). São Paulo: Loyola.

- Haug, W. F. (1997). *Crítica da estética da mercadoria* (E. J. Paschoal, Trad.; J. G. da Fonseca, Colab.). São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- Lefebvre, H. (1999). *A cidade do capital* (M. H. R. Ramos e M. Jamur, Trad.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (R. E. Frias, Trad.). São Paulo: Centauro.
- Marx, K. (1961). *O capital* (edição condensada). Rio de Janeiro: Melso.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (P. C. Castanheira e S. Lessa, Trad.). Campinas, SP: Unicamp-Boitempo.
- Montesquieu, C. de S. (1997). Do espírito das leis (F. H. Cardoso e L. M. Rodrigues, Trad.). Em J. Florido (org.), *Os pensadores: Montesquieu*. São Paulo: Nova Cultural. (Obra original publicada em 1748).
- Passmore, J. (1995, julho-dezembro). Atitudes frente à natureza (C. Dabat, Trad.). *Revista de Geografia*, 11 (2), 91-102.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (4ª ed). São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2008). *Manual de geografia urbana* (3ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Schmidt, A. (1983). El concepto de naturaleza en Marx (J. M. T. Ferrari de Prieto y E. Prieto, Trad., 4ª ed.). Em *Biblioteca del pensamiento socialista: serie ensayos críticos*. México: Siglo XXI.